

## **RECURSO ADMINISTRATIVO - Ref.: Pregão Eletrônico nº 14/2025**

**Recorrente:** Assistencial e Serviços em Saúde Ltda

**CNPJ:** 15.029.586/0001-94

**Lote objeto do recurso:** Lote 2

**Recorrida:** AID ASSISTÊNCIA EM HOME CARE LTDA

### **I – SÍNTESE FÁTICA E FUNDAMENTO DO PEDIDO**

O presente recurso é interposto contra a aceitação da proposta da empresa **AID ASSISTÊNCIA EM HOME CARE LTDA** inscrito no CNPJ: 58.448.629/0001-89 referente ao Lote 2, por apresentar preço manifestamente inexequível e por descumprir frontalmente a legislação trabalhista e os requisitos editalícios de custos.

1. **Inexequibilidade Global (Fato:** O valor de referência do Lote 2 é de R\$ 1.597.241,50 (UM MILHÃO, QUINHENTOS E NOVENTA E SETE MIL, DUZENTOS E QUARENTA E UM REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), a Recorrida apresentou R\$ 714.998,88 (SETECENTOS E QUATORZE MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS), o que corresponde a **apenas 44,76%** do valor estimado, configurando presunção de inexequibilidade.
2. **Inexequibilidade Absoluta (Direito e Prova:** A proposta é comprovadamente ilegal por não comportar os custos mínimos obrigatórios de pessoal, em clara violação ao **Piso Salarial Nacional do Técnico de Enfermagem** (Lei 14.434/2022).

### **II – DA INEXEQUIBILIDADE ABSOLUTA: VIOLAÇÃO DO PISO SALARIAL**

A proposta da recorrida deve ser desclassificada de imediato por configurar inexequibilidade absoluta, conforme previsto no Art. 59, § 1º, da Lei 14.133/2021, pois o valor ofertado é insuficiente para cobrir os custos decorrentes da execução do objeto.

#### **A. O Cálculo que Comprova a Ilegalidade e a Inexequibilidade**

O serviço de *home care* exige a contratação de **Técnicos de Enfermagem**, cuja remuneração mínima é definida por lei federal de observância cogente.

1. **Piso Legal OBRIGATÓRIO (Lei 14,434/2022):** R\$ 3.325,00 (para 220 horas mensais).
2. **Carga Horária e Proporcionalidade:** A escala de 12h x 48h resulta em 15 plantões mensais, totalizando 180 horas/mês. O valor mínimo proporcional do piso é de R\$ 2.717,04 (R\$ 3.325,00 x 180/220).
3. **Valor Proposto e Afronta:** O licitante está cobrando da Administração, em seu custo unitário, o valor de apenas R\$ 79,00 por plantão de 12h. Para 15 plantões mensais, isso representa um custo total de mão de obra de apenas R\$ 1.185,00.

Este valor de R\$ 1.185,00 representa apenas **35,6% do piso legal** (R\$ 3.325,00) e menos da metade do valor proporcional devido (R\$ 2.717,04).

**CONCLUSÃO:** A proposta da licitante Recorrida, ao cobrar da Administração um valor de R\$ 79,00 por plantão, é **manifestamente ilegal e insustentável**. Este preço não comporta o piso salarial, os encargos sociais, os benefícios, a margem de lucro e os demais custos indiretos (Item 6.3 do Edital).

#### **B. Fundamento Jurisprudencial (Prioridade TCU)**

O **Tribunal de Contas da União (TCU)** é categórico ao exigir a desclassificação de propostas que não contemplem os custos obrigatórios de pessoal. Conforme o **Acórdão nº 1391/2023 – Plenário do TCU**, a verificação da exequibilidade, em contratos de serviço com dedicação de mão de obra (como o *home care*), deve passar pela análise detalhada da planilha de custos, a qual deve **respeitar os valores legais e normativos** (CCT e, neste caso, Lei Federal).

A aceitação desta proposta ilegal transfere o **risco trabalhista** para a Administração, o que é vedado pelo Art. 11, III, da LNA, além de violar a garantia fundamental do salário (Art. 7º, IV da CF/88) e o princípio da dignidade da pessoa humana.

#### **III – DA INEXEQUIBILIDADE PRESUMIDA E O DEVER DE DILIGÊNCIA (VALOR GLOBAL)**

Além da ilegalidade pontual acima, a proposta global é presumidamente inexecutável:

1. **Presunção Legal:** O Art. 59, § 4º, da LNA estabelece a presunção de inexecutabilidade para serviços. Embora o percentual (44%,76) não se

enquadre nos exatos parâmetros de cálculo do § 4º, ele **reforça** a tese de que o preço é *manifestamente* inexecutável.

2. **Diligência Obrigatória (Vício Insanável):** O preço de abaixo da referência **impunha** ao Pregoeiro o dever de diligência para comprovar a viabilidade (Item 8.3 do Edital c/c Art. 59, § 5º, LNA), porém, o explícito fato da Proposta estar Claramente defasada com valores muito abaixo do piso profissional, torna o vício insanável, haja vista que acarretará em relevante alteração de valores diferindo do lance final e proposta apresentada pela Recorrida.

#### **IV – DO PEDIDO**

Diante do exposto e da comprovação de que a proposta da Recorrida **viola o Piso Salarial Nacional do Técnico de Enfermagem (Lei 14.434/2022)**, o que a torna absolutamente inexecutável e ilegal, requer-se a Vossa Senhoria:

1. O recebimento e processamento do presente recurso, por ser tempestivo e devidamente fundamentado.
2. A suspensão imediata da adjudicação e homologação do Lote 2 para a Recorrida.
3. A **IMEDIATA DESCLASSIFICAÇÃO** da proposta da empresa AID ASSISTÊNCIA EM HOME CARE LTDA, por inexecutabilidade absoluta e flagrante ilegalidade (descumprimento das Leis 14.133/2021 e 14.434/2022), restabelecendo-se a ordem classificatória.
4. Caso se entenda necessária a diligência, que esta se restrinja à comprovação do atendimento aos pisos salariais e encargos sociais mínimos, conforme Leis 14.133/2021 e 14.434/2022 e o entendimento consolidado do TCU.

Angra dos Reis/RJ, 13 de setembro de 2025.

Assistencial e Serviços em Saúde Ltda

**CNPJ:** 15.029.586/0001-94